MANHOODBRASIL EDIÇÕES

O QUE É CONSERVADORISMO?

TRANSCRIÇÃO DO CURSO ONLINE

POR ALESSANDRO LOIOLA

ESTE EBOOK
É DE
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

NÃO ACEITE
PAGAR POR ELE!

EBOOK DO CURSO ONLINE

O QUE É CONSERVADORISMO?

por Alessandro Loiola

ManhoodBrasil Edições
www.manhoodbrasil.com.br

Sobre a obra:

Em 2019, fui convidado por um grupo de amigos muito queridos para participar do I Congresso de Conservadores do Nordeste, um evento maravilhoso onde conheci pessoas incríveis e Conservadores fantásticos, como o colega médico Cácio Castro, falecido em 2020, mas que certamente irá morar no meu coração enquanto ele bater.

No Congresso, minha tarefa foi apresentar uma palestra de 1h sobre o que é Conservadorismo. Com base nesta palestra, elaborei um manifesto que foi distribuído depois do evento para os participantes. Entretanto, os organizadores do encontro sempre me cobraram que transformasse aquela palestra em um curso um pouco mais detalhado.

Devido uma sequência de compromissos profissionais, terminei deixando essa tarefa de lado por algum tempo. E talvez até tenha deixado de lado por tempo demais. Com a perda do Dr. Cácio Castro, a dívida pela demora despertou em mim um sentimento de culpa. Então ampliei o material do pequeno livro sobre Conservadorismo e o material da palestra do I Congresso de Conservadores do Nordeste e formatei tudo em um curso de 10 aulas.

Este livro é uma compilação do que foi dito no curso online publicado no Youtube, que permanecerá disponível e gratuito enquanto a plataforma não censurá-lo.

Não sou *dono da verdade*. Sou apenas mais um dos incontáveis que a perseguem com alguma esperança de ter a benção de alcançar pequenas fatias dela aqui e ali. Por isso, nem o curso online, tampouco este pequeno livro, são suficientes para esgotar o assunto, e recomendo que você busque outras fontes e construa seu próprio entendimento sobre o que é Conservadorismo. Considere este material todo como uma "introdução" ao tema.

Como sempre costumo avisar, faça suas próprias pesquisas e **construa seu próprio conhecimento**. Jamais acredite numa tacada só em algo que alguém lhe contou – nem mesmo se esse alguém for *eu*.

Feita esta observação pertinente, espero de verdade que esta seja uma boa leitura.

Caso tenha interesse em conhecer outros conteúdos produzidos por ManhoodBrasil, visite:

Site: www.manhoodbrasil.com.br

Facebook: https://web.facebook.com/manhoodbrasil/

Finalmente, se porventura quiser entrar em contato, sinta-se à vontade para utilizar algum dos meios abaixo:

E-mail: alessandroloiola@gmail.com

Facebook: https://www.facebook.com/alessandro.loiola.9

Twitter: AlessandroLoio2

Instagram: alessandro_l_loiola

Youtube: https://www.youtube.com/channel/UCN91QuNKYOT1tnm4WkddQ3w

ÍNDICE:

1. ALGUMAS FUNDAMENTAÇÕES TEÓRICAS

2. O PILAR DA VERDADE

3. O PILAR DA LIBERDADE

4. O PILAR DA DEMOCRACIA

5. O PILAR DO PATRIOTISMO

6. O PILAR DA PROPRIEDADE PRIVADA

7. O PILAR DO LIVRE MERCADO

8. O PILAR DA RELIGIÃO

9. O PROBLEMA DA TOLERÂNCIA

10. CONCLUSÃO

11. LINKS PARA AS AULAS NO YOUTUBE

1. ALGUMAS FUNDAMENTAÇÕES TEÓRICAS

O termo "Conservadorismo" se confunde bastante com a própria definição de temos de "ser de Direita". E, com uma frequência ainda maior, o termo Conservadorismo é interpretado de maneira equivocada como significando intolerância, autoritarismo, fascismo ou opressão. Nada disso tem a ver com Conservadorismo, e essas visões representam bem o tamanho dos preconceitos que cercam o entendimento sobre o que de fato **Conservadorismo** é.

Curiosamente, você verá até o final deste livro que nascemos todos Conservadores, de uma forma ou de outra. Muito antes de uma parte do espectro político, poderíamos considerar o Conservadorismo quase como uma filosofia de vida. Um *jeito de ser* que a maioria das pessoas aprecia, concorda e valoriza.

Os Conservadores odeiam o rótulo "ideologia", porque associam *ideologia* à *ideologia comunista*. Mas "ideologia" é nada mais que o conjunto de ideias fundamentais que caracteriza o pensamento de uma pessoa, de um grupo ou de uma época. Todos nós temos uma ideologia. Se você preza seus amigos, a defesa da família e o trabalho honesto, então você vive uma ideologia.

O mundo das ideias existe antes daquilo consideramos "realidade", e é a partir deste mundo abstrato de convicções mentais que construímos nossa vida neste mundo. Muito mais que um produto do meio, você é um produto das ideias que carrega na cabeça. Podemos abordar o Conservadorismo então como um grupo bem específico de ideias ajuntadas que muitas pessoas compartilham, muitas vezes sem saber conscientemente disso.

Segundo os registros históricos, o termo Conservadorismo foi utilizado pela primeira vez em 1818 pelo ensaísta e diplomata francês François-René de Chateaubriand – o Visconde de Chateaubriand. Mas, além de Chateaubriand, a lista com os principais pensadores que abordam "o que é Conservadorismo" deveria incluir nomes como Confúcio, John Locke, Edmund

Burke, GK Chesterton, Ludwig von Mises, Michael Oakeshott, Russell Kirk, Roger Scruton e Olavo de Carvalho. Como esses autores são extremamente importantes para formar a base teórica sobre **O Que É Conservadorismo**, vou lhe contar um pouco sobre cada um deles:

Confúcio, que viveu entre 551 e 479 antes de Cristo, salientava a importância de "coisas permanentes" na sociedade. A lista das Cinco Normas de comportamento de Confúcio incluíam empatia, justiça, sagacidade, sabedoria e confiança. Nos escritos de Confúcio, é possível perceber nele um grande defensor dos valores familiares, da educação e da estabilidade social. É possível dizer, sem medo de errar, que Confúcio foi um tipo de Conservador antes mesmo de qualquer pessoa saber exatamente o que isso significaria.

O médico inglês John Locke (1632–1704), um dos mais influentes pensadores do Iluminismo, estabeleceu em sua obra "*Dois Tratados sobre o Governo*" (1681) que o Estado deveria resultado de um acordo entre governantes e governados por meio de leis escritas. Locke acreditava que o estado natural do homem era composto pelo direito à vida, à liberdade, à propriedade, à paz e à resistência à tirania. Isso faz parte dos valores mais nobres defendidos pelo Conservadorismo.

O filósofo irlandês Edmund Burke (1729– 1797), considerado o pai do Conservadorismo Moderno, era um defensor da Monarquia e do poder divino como regulador do Estado. Para Burke, a autoridade do contrato social tinha origem em princípios ancestrais de virtude, religião, humildade, prudência e justiça. Burke considerava o hábito, o instinto, a fé, a reverência e a tradição fundamentais para uma boa sociedade, e mais importantes que qualquer conjunto de especulações abstratas.

O cristão G.K Chesterton, que viveu entre 1874 e 1936 foi um gigante em vários aspectos. Fisicamente, Chesterton era enorme: tinha 1,93 m de altura e pesava cerca de 130 kg. Mas, além de ser um sujeito volumoso, Chesterton possuía uma inteligência afiada e uma eloquência maravilhosa - escreveu cerca de 80 livros, várias peças teatrais, centenas de poemas e contos, e milhares ensaios.

Em 1929, no ensaio "*A Coisa: por que Sou Católico*", Chesterton descreveu algo que ficaria conhecido como o Princípio da Cerca de Chesterton. Segundo este princípio, uma reforma não deveria ser feita até que todo o raciocínio por trás do estado das coisas existente tivesse sido entendido. Ou seja: se uma decisão não exige pressa, não a tome apressadamente. O Princípio da Cerca de Chesterton é um belo exemplo de prudência conservadora.

Ludwig von Mises nasceu em 1881 e faleceu em 1973. Ainda que a visão econômica de Mises esteja mais para o Libertarianismo que para o Conservadorismo, ele travou uma luta implacável contra regimes totalitários como o Nazismo e o Socialismo Marxista. O posicionamento de Mises contra qualquer forma de Estado excessivamente reguladora é suficiente para considerá-lo um Conservador por afinidade.

Um pouco mais perto dos nossos tempos, temos pensadores do calibre de Oakeshott, Russell Kirk, Roger Scruton e Olavo de Carvalho.

Michael Oakeshott nasceu em 1901 e faleceu em 1990. Apesar de alguns críticos afirmarem que Oakeshott nunca descreveu claramente suas doutrinas políticas, isso é uma mentira. Em "*Ser Conservador*" (1956), Oakeshott foi bem explícito ao escrever que o Conservador é o sujeito que prefere o familiar ao desconhecido; o comprovado ao duvidoso; o conveniente ao perfeito; e o suficiente à superabundância. Ou seja: o Conservador é um sujeito um tanto desconfiado, crítico, mas sempre extremamente prático e pragmático.

Oakeshott considerava que a função do Estado e da política consistia em permitir que as pessoas vivessem juntas à luz de suas histórias e tradições. E, para ele, nós deveríamos ser críticos quanto às tradições, examinando o quanto nossos hábitos eram práticos no mundo real, enriquecendo nosso conhecimento e aprimorando nossas atitudes. Esse tipo de defesa da tolerância e do aperfeiçoamento contínuo é bastante semelhante ao que John Locke propôs no século XVII, e este princípios estão no núcleo duro da Filosofia Conservadora.

O historiador Russell Kirk é um de meus autores favoritos. Kirk defendia que o Cristianismo e a Civilização Ocidental eram

indissociáveis, e que, quando a fé religiosa decai, a cultura também se rebaixa. Em "*A Política da Prudência*" (1993), ele listou os famosos 10 princípios do Conservadorismo, que poderiam ser resumidos nos seguintes itens: Moralidade transcendente, Liberdade, Tradição, Costumes, Continuidade, Autocontrole, Prudência, Voluntarismo, Diversidade e a Noção de Imperfeição dos sistemas ideológicos que construímos.

O inglês Roger Scruton, falecido em janeiro de 2020, escreveu mais de 30 livros e chegou a ser apontado como o "sucessor" de Edmund Burke como ícone do Conservadorismo. De Scruton, recomendo os livros "*Como ser um Conservador*" (2014) e "*Conservadorismo: um convite para a Grande Tradição*" (2017). Sinceramente, eles são de leitura mandatória.

Finalmente, para qualquer pessoa de Direita, Olavo Luiz Pimentel de Carvalho (1947-) dispensa maiores apresentações. Olavo tem sido um defensor de valores cristãos e Conservadores há décadas, e, durante muito tempo, foi uma voz solitária e incrivelmente resiliente na denúncia do avanço do Marxismo Cultural na América Latina. Entre suas obras que recomendo estão "*A Nova Era e a Revolução Cultural*" (1994), "*O Jardim das Aflições*" (1995), "*O Imbecil Coletivo*" (1996) e "*O Mínimo que Você Precisa Saber para não Ser um Idiota*" (2013). Ainda que seja considerado polêmico por muitas pessoas, Olavo certamente deve figurar entre os maiores gênios que este país já teve, quer você goste disso ou não.

A partir do estudo destes e de outros autores notáveis, você percebe que os rascunhos mais modernos daquilo que passamos a identificar como "Conservadorismo" foram apresentados por Edmund Burke, no século 18.

Nossa Civilização Ocidental foi fundada sobre o tripé Cultura Grega + Lei Romana + Moralidade Cristã. De maneira meio que similar a isto, o *Conservadorismo Burkeano Clássico* apoiava-se em Monarquia + Igreja + Tradição. Com a evolução do Iluminismo e o renascimento da Democracia em várias nações, a tríade de Burke foi substituída por Civilização + Natureza + Ser Humano, mas os conceitos apresentados por Burke continuam sendo aprimorados ainda nos dias de hoje, recebendo a colaboração das bagagens de experiência da história.

Por causa desse espírito adaptativo, alguns críticos dizem que o Conservadorismo sofre pela ausência de um dogmatismo, de uma identidade ideológica inegociável: o Conservadorismo seria um traço de personalidade ou nada além de uma maneira de contemplar a ordem social. Eu discordo disto.

Ainda que o Conservadorismo seja capaz de acomodar um volume muito maior de visões diferentes que qualquer outra ideologia, ele possui, sim, alguns dogmas, princípios e valores essenciais – que eu chamo de Pilares.

Então, com base nas fundamentações teóricas e práticas disponíveis, quando falamos de "Conservadorismo", estamos nos referindo a algo que reúne 7 características (ou Pilares) essenciais:

1. A Busca pela Verdade

2. O Apego à Liberdade

3. O Espírito Patriótico

4. A Salvaguarda da Democracia

5. O Respeito à Propriedade Privada

6. O Encorajamento ao Livre Mercado

7. A Atenção a Valores Religiosos

Nos capítulos seguintes, vou lhe apresentar cada um desses Pilares. Depois disso, vamos ver o grande paradoxo que paira sobre o Conservadorismo. E, no último capítulo, vamos colocar tudo isso na balança para descobrir: no pêndulo entre o Bem e o Mal, para que lado pende o Conservadorismo?

2. O PILAR DA VERDADE

Os Sistemas Morais podem ser divididos em três grandes grupos:

- **Realismo Moral** (quando o indivíduo considera que há *uma única* verdade universal),

- **Relativismo Moral** (existem *várias* verdades)

- **Ceticismo Moral** (*nenhuma* verdade corresponde à verdade).

Uma discussão mais detalhada sobre cada um destes sistemas foge ao escopo deste livro. Por enquanto, o que precisamos salientar é que o Conservadorismo é essencialmente um sistema fundamentado no **Realismo Moral**: para um Conservador, o que é certo é certo; o que é errado é errado. No Conservadorismo, a questão não é **se** a Verdade existe, mais **qual** é ela. E a busca e o apreço pela Verdade é algo nuclear no Conservadorismo.

Enquanto a Esquerda se vale amplamente de interpretações discricionárias e relativistas dos valores sociais para fazer valer qualquer caminho no rumo de seus delírios de poder hegemônico, um Conservador é simplesmente incapaz de admitir uma coisa dessas.

Um Conservador não aceita moldar o que deve considerar "verdade" aquilo que ele considera apenas conveniente ou desejável. Não é assim que a mente de um Conservador funciona.

Em um discurso feito em de 1907, Chesterton afirmou que, por algum motivo obscuro, neste mundo maluco em que vivemos, as coisas sobre as quais mais discordamos são exatamente aquelas coisas sobre as quais mais deveríamos entrar em um acordo. As pessoas vivem discordando sobre moralidade, sexo, direitos individuais, propriedade privada, patriotismo, políticas públicas de saúde e outros assuntos importantes. O que

deveríamos fazer é parar de jogar pedras uns nos outros e encontrar a Verdade em cada um desses assuntos.

Chesterton escreveu exatamente isso no livro direcionado para George Bernard Shaw, a quem ele chamava "adorável inimigo". Chesterton anotou: *um Homem deve ser ortodoxo em suas opiniões*. Ou seja: devemos ser firmes naquilo que acreditamos. Mas não devemos acreditar em qualquer coisa.

Olavo de Carvalho abordou esse dilema no ensaio *O Problema da Verdade e a Verdade do Problema* (1999). Ele definiu A Verdade é como *o fundamento cognitivo permanente e universal da validade dos juízos. Há um profundo senso de* R*ealismo Moral nisso*. Como afirmou o próprio Olavo, isso significa que a Verdade não pode ser objeto de questionamento radical – e é exatamente o que Chesterton quis dizer quando escreveu que um Homem deve ser ortodoxo em suas opiniões.

Por prezar este tipo de conduta, um Conservador condiciona seu apoio aos fatos e à retidão de comportamento na busca pela Verdade. Caso alguma *liderança* viole este princípio por meio de condutas desleais, ou sustentando afirmações que não correspondem às evidências, esta mesma liderança imediatamente testemunhará a debandada de seus apoiadores.

Como expressão dessa fidelidade ao Pilar da Verdade, os Conservadores nutrem uma enorme consideração pela Família, pela Tradição e pela Austeridade, suspeitando de todo e qualquer processo *revolucionário*: um Conservador é alguém que procura a melhora gradual da sociedade a partir de arranjos já testados, pois reconhece que **a ordem é difícil de ser alcançada, fácil de ser perdida e cara para ser recuperada.** Nas palavras de Russell Kirk: o Bem é lento, ao passo que o Mal quase sempre tem pressa. A prudência, portanto, é essencial.

Em "*Educação Política*" (1951), Michael Oakeshott mostrou bem o desafio que é construir esse Pilar da Verdade: na política, ele escreveu, navegamos em um mar sem fundo e sem bordas. Não há um porto, ou um abrigo ou onde jogar âncoras. A aventura é manter o barco flutuando, sabendo que o mar é tanto um amigo quanto um inimigo. E o bom marinheiro é aquele que sabe utilizar os recursos à sua disposição de maneira racional

para tornar cada situação hostil uma oportunidade de aprendizado.

Com todo este pragmatismo, soa tentador classificar o Conservadorismo como *reacionário*, mas isto é uma incorreção. Se a História nos mostrou algo foi que (1) revoluções apenas provam que revoluções são possíveis, e (2) seus resultados em geral são diametralmente opostos aos motivos que as precipitaram. Por isso, o Conservadorismo não defende uma paralisação inegociável do tecido social, mas a **moderação** nas mudanças, o **passo a passo** no lugar dos saltos, pois o conhecimento humano é imperfeito e algumas aventuras podem ter consequências desastrosas.

E é assim que um Conservador concebe o **Pilar da Verdade**.

3. O PILAR DA LIBERDADE

De acordo com o dicionário Aurélio, Liberdade é "*o direito de proceder conforme nos pareça, contanto que esse direito não vá contra o direito de outrem*". Esse conceito de Liberdade costuma aparecer nas primeiras linhas de quase todos os discursos políticos e ideológicos, e o Conservadorismo não foge a essa regra. Porém, ainda que o Conservadorismo fale a favor da Liberdade, ele nunca se eximiu de qualificar **o tipo** de Liberdade que seria resguardada:

Assim como descrito no dicionário Aurélio, a Liberdade Conservadora tem como fronteira o risco de danos físicos ao outrem e à propriedade de terceiros, justificando-se algum tipo de punição quando a Liberdade pessoal de alguém viola algum desses dois limites.

No Conservadorismo, o Pilar da Liberdade é feito a partir de uma mistura entre a manutenção da ordem e o poder de garantia da segurança pessoal. Em um paradoxo, esta forma de Liberdade requer a presença de uma **esfera privada e protegida**, onde os indivíduos possam perseguir seus meios e seus fins sem a interferência de outros. Ainda que seja uma liberdade, ela não é tão libertária quanto os entusiastas da Liberdade propõem.

O lance é que nenhum sistema ideológico pode tornar as pessoas boas: o melhor que esses sistemas podem fazer é ***permitir*** que as pessoas sejam boas. São os indivíduos **soberanos sobre si mesmos** que devem decidem os objetivos que desejam perseguir.

O Conservadorismo permite este tipo de expressão do livre arbítrio humano, mas ao mesmo tempo ele cobra que este livre arbítrio seja exercitado lado a lado com uma boa dose de Obediência: podemos ir aonde queremos, desde que atentos para algumas restrições. Podemos agir como desejamos, mas jamais de modo completamente impunes. Em um Estado Conservador, qualquer um que deseje mais Liberdade deverá pular as cercas colocadas pelo Estado, aventurando-se por sua própria conta nos riscos que existem para fora dessas garantias.

Platão bem observou que o excesso de Liberdade "*não conduz a mais nada que não seja escravatura em excesso, quer para o indivíduo, quer para o Estado: no cúmulo da Liberdade é que surge a mais completa e selvagem das escravaturas*". Thomas Hobbes, autor de Leviatã, um livro magnífico, completou essa ideia de Platão ao anotar que "*a condição de absoluta liberdade, como é daqueles que não são súditos nem soberanos, é anarquia e condição de guerra*".

Não que a presença de uma política Conservadora ofereça um escudo inviolável contra a libertinagem e a corrupção, mas **o enfraquecimento do Conservadorismo** certamente auxiliou a disseminar as vulgaridades que testemunhamos.

Um Conservador compreende e aceita de bom grado as contenções da Liberdade, pois sabe que todo Estado é leviatânico de alguma maneira. Constituímos o Estado para que ele nos protegesse da selvageria potencial uns dos outros, e isto resulta sempre em uma perda substancial de nossa autodeterminação. Assim, ainda que defenda a Liberdade, um Conservador jamais admite que esta defesa supere a exigência de que todos sejam iguais ante o Império da Lei.

O objetivo maior do Estado de Direito deve ser justamente proteger a autonomia responsável que nos cabe, punindo severamente todo aquele que cause dano a outros ou a propriedade de outrem ao abusar deste poder. Edmund Burke falou sobre este espírito de Liberdade com Justiça em uma carta escrita em 1789, na época da Revolução Francesa, onde ele anotou que "sempre que separamos a Liberdade da Justiça, nenhuma das duas se torna segura".

Apesar de a relativização modernista das bússolas éticas que nos acompanharam por gerações ter parecido inicialmente como um incremento da Liberdade, o resultado prático consistiu em espalhar pelo mundo hedonistas, sádicos, imaturos, niilistas, psicopatas, inúteis e carentes de toda espécie. E isso confirmou bem o quanto Burke estava correto: a Liberdade extrema significa Liberdade de Deveres e Direitos, inclusive do direito, por exemplo, de defender sua propriedade e mesmo sua vida.

A Liberdade extrema é, portanto, improdutiva e destrutiva. Ela impede tanto o florescimento do bom caráter quanto impede

o indivíduo de obter prosperidade e segurança. Por isso, Burke encarava Liberdade como sendo "liberdade social", onde a Liberdade de cada um era garantida por uma igualdade de restrições (morais e legais) para todos. Neste sentido, a Liberdade Burkeana é, de fato, o equivalente ao nosso ideal de Justiça.

John Locke publicou o "*Segundo Tratado do Governo*" em 1689, 40 anos antes de Edmund Burke nascer. Na obra, Locke já avisava que onde não há lei, não há liberdade; pois liberdade significa estar livre da restrição e violência causada por outros, o que não acontece onde não há leis. Por isso, segundo Locke, "*Ser livre é ter a liberdade de ditar suas ações e dispor de seus bens, e de todas as suas propriedades, de acordo com as* ***leis regentes***". E o objetivo da Lei não deve ser forçar o igualitarismo das situações humanas, mas garantir a **igualdade de julgamento de todas as pessoas**.

Este conceito foi abordado de maneira magistral por Roger Scruton no ensaio "*Os Limites da Liberdade*", publicado em 2008. Scruton escreveu que uma sociedade livre é uma comunidade de seres livres, ligados entre si por vínculos de empatia e pelas obrigações que acompanham o amor familiar. Uma sociedade livre não é uma sociedade livre de qualquer restrição moral, mas exatamente o oposto a isso. Sem algum tipo de restrição moral ou legal, simplesmente não pode existir qualquer cooperação, qualquer comprometimento, qualquer economia, qualquer prosperidade ou qualquer ordem.

Um conservador sabe que a Liberdade idealizada pelos sonhadores não existe no mundo real. Ela é uma abstração. Mas ainda assim, o Apego à Liberdade é um princípio a ser valorizado e perseguido, porque, quanto mais aceitamos negociar fatias nossa Liberdade, mais nos colocamos no caminho da escravidão.

John Locke, no citado Segundo Tratado do Governo, avisou que a liberdade de um indivíduo na sociedade não deve estar subordinada a qualquer poder que não aquele estabelecido pelo consentimento na comunidade. E o principal poder estabelecido pelo consentimento da comunidade é o Estado.

Mesmo prezando o papel do Estado, um Conservador sabe que Estado não é um ***fim***, mas **um meio**. A Sociedade Civil é o

objetivo principal. O Estado é apenas a ferramenta que utilizamos para proteger a existência desse objetivo principal. É por isso que os Conservadores aceitam **algumas** restrições: para que elas permitam que ocorra um grau suficiente de Liberdade associada à Ordem, à Justiça e ao Progresso de todos.

Todas essas considerações tornam o Pilar da Liberdade um patrimônio a ser melhorado, não um mal a ser combatido. E o Pilar da Liberdade deve ser melhorado através da sabedoria, da virtude e da atenção constante contra quaisquer abusos – especialmente os abusos cometidos pelo Estado.

Como mencionado, para um Conservador o Pilar da Liberdade deve sempre incluir uma limitação sensata dos poderes do Estado, nunca o aumento desses poderes. O grande Roger Scruton corroborou esta noção em um ensaio chamado Multiculturalismo, publicado em 2011. Scruton escreveu que manter nossas cabeças baixas é muito ruim, mas encher sua cabeça com mentiras oficiais significa sacrificar não apenas sua mente, mas também sua própria Liberdade. E é por isso que, ainda que defenda a existência do Estado, um conservador jamais defende uma obediência cega e absoluta a este Estado.

Para um Conservador, o exercício da Liberdade dependerá sempre do quanto os indivíduos são capazes de colocar limites razoáveis em seus próprios desejos, paixões e vontades. E, como não podemos estar em todos os lugares o tempo todo, constituímos o Estado para vigiar a obediência a esses limites razoáveis.

Bem alinhado ao que John Locke, Edmund Burke e Roger Scruton defendiam, Olavo de Carvalho também falou a Liberdade Conservadora em seu ensaio Liberdade e Ordem, publicado em 2010. Segundo Olavo: "liberdade é apenas a margem de manobra deixada ao cidadão dentro da rede de relações determinada por uma ordem jurídica estabelecida".

Podemos ampliar e melhorar a liberdade, como sugeriu Burke, mas um Conservador, dentro do realismo maduro com que encara este mundo, sabe que toda Liberdade terá um limite bem determinado. Afinal, A Liberdade é um Pilar, não uma reta infinita.

Por ser delimitada pelos atributos da Verdade que a antecedem, a Liberdade Conservadora encontra-se profundamente associada à Ordem, à Justiça, a elementos específicos de Virtude e a valores de Caráter inegociáveis.

E é assim que um Conservador concebe o **Pilar da Liberdade**.

4. O PILAR DA DEMOCRACIA

Durante 96% do tempo de existência do *Homo sapiens* neste planeta, nós vivemos em pequenas comunidades nômades unidas por laços familiares bem firmes. Este foi o contexto Paleolítico que formatou a configuração de nossos corpos, de nossas mentes e nossos raciocínios.

Entretanto, nos 4% mais recentes do tempo de nossa espécie neste mundo, produzimos uma realidade Neolítica completamente diversa dos milênios anteriores: passamos a nos agrupar em cidades cada vez populosas e complexas, associando culturas e absorvendo estrangeiros, e tentamos manter alguma governabilidade sobre essas saladas humanas por meio de Monarquias e Impérios absolutistas que geraram estabilidade social, semearam tecnologia, pariram a Renascença, a Reforma, o Mercantilismo, a Revolução Industrial e o Capitalismo. E então, há pouco mais de 200 anos, resolvemos coroar este tumulto todo ressuscitando o espírito grego ancestral da Democracia.

A Democracia, ou "*o governo do povo, pelo povo e para o povo*" – como pronunciado por Abraham Lincoln em seu famoso Discurso de Gettysburg, em 19 de novembro de 1863 – surgiu no século V a.C. em várias cidades gregas, mas foi Clístenes (570-508 a.C.) quem conferiu a este modelo político um *status* magnificente. Mas precisamos atravessar toda a Idade Média para que o Iluminismo europeu trouxesse a Democracia de volta à luz.

Inspirada na Busca pela Verdade e no Apego à Liberdade, a Democracia considera que o indivíduo é racional e possui direitos inalienáveis, oferecendo a cada um dos membros da sociedade um espaço legítimo dentro do Estado de Direito onde expressar suas opiniões e lutar pelos seus interesses.

Os efeitos benéficos deste sistema sobre a sociedade não são apenas teóricos. Eles podem ser constatados de maneira objetiva observando, por exemplo, o Índice de Desenvolvimento Humano de várias nações: em conjunto, **os 15 Países Mais Democráticos** do mundo possuem um **IDH 40% maior** que os **15 Países Menos Democráticos** (0,919 *versus* 0,561).

Ainda que associação não seja causa, esta diferença no IDH não parece ser um mero fruto do acaso. A diferença parece decorrer do fato de que a Sociedade Orgânica é regida por duas forças: **Permanência** e **Progressão**.

Para sobreviver, a sociedade precisa manter algumas partes, e modificar e renovar outras. Quando este processo é danificado, o *organismo social* dá início a uma marcha rumo ao aniquilamento. Sem um senso de permanência, a Sociedade despenca na anarquia. Sem uma ambição para a progressão, ela afunda na estagnação.

Assim, por meio da sabedoria e da consulta criteriosa às tradições, devemos manter o que está certo e reformar com circunspecção o que está errado. E nenhum sistema permite mais o funcionamento desta dinâmica de auto-aperfeiçoamento que o sistema Democrático.

Apesar de suas vantagens, é óbvio que a Democracia não está livre de problemas - e um Conservador é bastante ciente disso. Olavo de Carvalho, no ensaio Ilusões Democráticas, publicado em 2015, alertou o quanto a democracia sofre de uma debilidade intrínseca que a torna vulnerável, mesmo aos ataques mais grosseiros e imbecis.

Por exemplo, vejamos 3 problemas que podem causar uma infecção grave no sistema democrático:

1) A Demagogia que seduz os egoístas.
2) A Necessidade de Obediência à decisão Majoritária.
3) Perpetuação da Tirania da Mediocridade.

Os sistemas políticos são compostos por humanos e humanos são falhos. Vivemos sob esta angústia de uma sobrevivência que jamais será certa, e por isso temos essa tendência a nos comportar mal em qualquer parte e em qualquer época: estamos condenados a viver à mercê da Sociedade e do Estado enquanto procuramos uma forma de salvar nosso próprio umbigo antes dos outros. Um dos maiores problemas da Democracia é uma consequência dessa mentalidade de “meu feijão primeiro”.

Para garantir seu feijão primeiro, as escolhas de cada indivíduo e do público como um todo sempre carregam um

potencial enorme de irracionalidade, e essas escolhas podem ser seduzidas e manobradas facilmente por discursos demagógicos.

O **segundo problema** da Democracia é a necessidade de obediência à decisão majoritária. Uma vez que a Democracia preza o processo de decisão coletiva, até que ponto o cidadão deveria ter a obrigação de obedecer a uma decisão democrática quando discorda dela?

Em "*O Poder da Inteligência Emocional*" (2001), Daniel Goleman afirma que 2% da população humana são os que de fato produzem mudanças, 13% veem as mudanças acontecer (e às vezes até apoiam e auxiliam os outros 2%), e 85% da massa sequer percebe o que está acontecendo e apenas segue o rebanho na direção que lhes é determinada.

O desastre da Democracia está em que os 85% que "seguem o rebanho" votam sobre a direção que a manada deverá seguir. Um Estado democraticamente constituído dentro desse rebanho estaria Moralmente autorizado a impor suas regras a **todos** os cidadãos? Essa é tanto uma dúvida realista quanto uma ameaça assustadora.

O **terceiro problema** terrível da Democracia é justamente uma decorrência direta do *segundo* problema. Devido à Necessidade de Obediência à decisão Majoritária, estamos sempre caminhando na fronteira que separa a Boa Democracia da Perpetuação da Tirania da Mediocridade. Platão alertou sobre isso em "*A República*", dizendo que "*o maior dos castigos é ser governado por quem é pior do que nós*".

Quando a maioria é composta por ignorantes, e quando as minorias começam a influir sobre as maiorias, a utilidade geral do Estado se desvirtua, e o cidadão honesto que produz começa a perder tanto o interesse em produzir quanto em ser honesto ou continuar cidadão.

Olavo de Carvalho bem disse: o coração da Democracia não está nos poderes constituídos no Estado, mas sim o controle que o povo exerce sobre esses poderes. Se o controle direto do povo sobre o Estado não existe, a *Democracia* se torna apenas o sinônimo de tirania.

Felizmente, os próprios mecanismos intrínsecos da Democracia permitem que estas e outras falhas sejam corrigidas quantas vezes forem necessárias.

Como alertou Churchill, a Democracia é o pior dos regimes, excetuados todos os outros. Ou, citando o filósofo francês André Comnte-Sponville: "*a Democracia pode ser imperfeita, mas de onde tiramos que ela deveria ser de qualidade impecável?*".

Devemos sempre fiscalizar o Estado para avaliar a honestidade de suas opiniões, a legitimidade de sua autoridade e a propriedade de suas ações.

Um Conservador defende o Estado Democrático com unhas e dentes, mas ele nunca baixa a guarda, e está sempre conferindo se as restrições constitucionais forçadas pelo Estado realmente condizem com os princípios éticos relacionados à preservação da Vida, da Família, da Liberdade, da Prudência e da Justiça.

Por isso, do mesmo modo como ocorre com a Liberdade, a Democracia exige de um Conservador essa desconfiança constante: nenhuma ação do Estado, por mais tradicional que pareça, deve ser considerada irrelevante ou inofensiva. Cada ação do Estado traz consigo o risco permanente de torcer a Verdade e reduzir a Liberdade, afetando diretamente a eficácia do Sistema Democrático.

A Democracia pode ser excelente, mas ela cobra como preço a eterna vigilância. E é assim, de uma maneira otimista, porém pragmática e sempre com uma dose saudável de ceticismo sobre a honestidade das intenções do Estado, que um Conservador concebe o Pilar da Democracia.

5. O PILAR DO PATRIOTISMO

Uma comunidade humana não é uma *máquina*, mas uma *entidade* que necessita oxigênio, alimento, espaço, senso de propósito e motivação para seguir em frente e prosperar.

Dessa forma, o *organismo* da *sociedade* não necessita apenas de tempo, refúgios e recursos: ela precisa também de uma "alma". Retire esta alma e a sociedade perecerá. E nada representa melhor a alma de um povo que seu senso de Patriotismo. Podemos dizer que o Patriotismo é para um País o que o auto-respeito é para os indivíduos: uma condição mais que necessária para o auto-aperfeiçoamento.

Para entender o que é esse tal *espírito patriótico*, devemos começar por um ponto bem simples: a **Lealdade**. Cada grupo social tem sua própria noção de lealdade, mas, em todos os casos, este sentimento enfatiza os benefícios que usufruímos quando vivemos em cooperação ao invés de isolamento.

Como Roger Scruton escreveu no ensaio "*England and the Need for Nations*" (2006): o Patriotismo é fundamentado no amor por um lugar, seus costumes e tradições, que foram inscritos na paisagem, e o desejo de proteger estas coisas boas através da lei e de um sentimento compartilhado de lealdade.

Este tipo de afeição pode ser encontrado em famílias, clubes, times esportivos e partidos políticos. E, por consequência, também pode ser encontrado em Países e Nações.

Para um Conservador, o Patriotismo não é muito diferente destas formas de lealdade grupal, mas ele é mais amplo, juntando a ideia de um povo a um território geográfico e a uma instituição central – o Estado da Nação.

O Patriotismo sempre foi alvo de críticas bem duras. No século 19, o escritor russo Leon Tolstói chegou a definir o Patriotismo como um sentimento estúpido e imoral. Bertrand Russel foi outro pensador que atacou bastante o sentimento Patriótico. Entretanto, um Conservador sabe muito bem diferenciar *Patriotismo* de *Nacionalismo*. **E esta separação é de suma importância**.

As discussões sobre Patriotismo e Nacionalismo em geral são marcadas por uma falta de clareza na distinção entre esses dois

fundamentos. E isso se torna ainda mais complicado pelo fato de que muitos escritores e pensadores utilizam os dois termos de maneira intercambiável, o que é um erro imenso. Para evitar que você tropece neste erro, eu quero deixar bem clara as diferenças que existem entre Patriotismo e Nacionalismo:

O **Nacionalismo** consiste em uma percepção de um povo como uma ***raça***, e em geral se traduz em ações preconceituosas que buscam uma hegemonia de poder: o Nacionalismo busca a uniformidade étnica por meio da intolerância a qualquer coisa que seja diferente daquilo que considera o "padrão aceitável".

Como ideologia, o Nacionalismo é um tipo de loucura imoral, egocentrado e destituído de qualquer autocrítica. É uma vaidade hostil e beligerante, expressa na forma de uma veneração arbitrária e incondicional do Estado acima de qualquer tradição ou princípio Moral. Exatamente por isso, o Nacionalismo encoraja o militarismo, instigando as pessoas a promover os interesses de seu país sob quaisquer circunstâncias e por qualquer meio, para obter o maior volume possível de poder e prestígio.

Os Nacionalistas desejam ardentemente impor sua Nação sobre outras. Evidentemente, isso frequentemente deságua em tensões internacionais e conflitos armados, resultando em massacres, genocídios e atrocidades de todo tipo.

O **Patriotismo**, por outro lado, é uma devoção particular a um lugar e a um estilo de vida que achamos ser excelentes, mas que não desejamos impor a outros povos por meio da força. Ainda que o Patriotismo envolva uma crença nos méritos de um país, ele não envolve a crença de que aquele país específico seja superior – ou que **deva ser** superior – a todos os demais.

Se o Nacionalismo consiste estar disposto a ameaçar outras nações, o Patriotismo consiste em estar disposto a defender sua nação. O Nacionalismo pode ser considerado uma degeneração do Patriotismo. Como definido pelo General Charles de Gaulle, Patriotismo é quando o amor pelo seu povo vem primeiro; Nacionalismo, quando o ódio pelos outros povos ocupa essa prioridade.

Além desse caráter defensivo e não agressivo, o Patriotismo incluiu a consciência de um dever Moral com a comunidade política na qual estamos inseridos.

Os inimigos do Conservadorismo gostam de rotular esse sentimento como um tipo de egoísmo coletivo que impede a solidariedade e a prática da verdadeira Justiça. Nada poderia estar mais equivocado. Um Conservador patriota defende uma sociedade mais justa, humana e solidária. Ele se preocupa com o status Moral da Nação.

Patriotismo significa orgulho em trabalhar e ser um membro produtivo da sociedade; em respeitar as pessoas não por interesses, mas por fraternidade; em ser voluntário para ajudar os necessitados, em oferecer algo em retorno à sua comunidade e ao seu país. O Patriota não julga os cidadãos por sua aparência. Ele os julga por suas ações que demonstram Lealdade à nação.

Diferentemente do Nacionalismo, o Patriotismo não envolve defender os interesses do país sob quaisquer circunstâncias e por quaisquer meios, ou oferecer apoio a qualquer governo ou poder no comando de uma nação.

Quando um Conservador defende sua Pátria, ele age baseado em padrões objetivos de valor e um julgamento criterioso dos méritos e defeitos da pátria e do Estado que a governa.

Um Patriota não tem apreço ao estamento burocrático. Seu amor é direcionado para a nação concebida como um projeto. E por isso seu Patriotismo é um sentimento de gratidão, de Honra, Harmonia, Respeito e acima de tudo Responsabilidade. Um senso de responsabilidade que não é incondicional, mas profundamente crítico e que nos encoraja a agir contra os desvios éticos que podem afligir o Estado.

Para um Conservador, Patriotismo é contemplar a bandeira de sua nação e sentir naquela imagem que sabemos o quanto este país pode ser grandioso, bom e correto, e que não temos a menor intenção de abandoná-lo à sorte dos vigaristas e canalhas.

Quando um governo ou lideranças dentro de um governo agem de forma imoral ou injusta, estas autoridades estão rompendo com o sentimento patriótico, e se tornam condenáveis justamente por este motivo. Porque Patriotismo é Lealdade à

Nação **sempre**, e lealdade ao Estado e ao Governo **apenas** quando eles merecerem.

Por causa desse critério arbitragem, vez ou outra o Patriotismo parece exigir de nós ações aparentemente incongruentes. Em alguns momentos, ele parece exigir que nos levantemos para lutar *contra a nação*. Mas isso é um erro de julgamento: quando essas situações se apresentam, o que o Patriota está fazendo não é lutando contra a nação, mas lutando contra os usurpadores do poder que estão cometendo abusos inaceitáveis contra a Nação e a Pátria.

É o Patriotismo que leva o Conservador a questionar: estamos realmente investindo corretamente na educação? Estamos oferecendo suportes adequados para os pobres, os idosos e os mais vulneráveis entre nós? Que medidas podem ser tomadas para melhorar a garantia da integridade física de cada um dos cidadãos?

Em termos históricos, herdamos nossos conceitos de Patriotismo dos antigos Romanos. Em 63 antes de Cristo, nos discursos Catilinárias, o cônsul romano Cícero disse: A Pátria é aquele parente que todos nós temos em comum. Seguindo o raciocínio de Cícero, podemos considerar que o Patriotismo faz parte dos 10 mandamentos: o quarto mandamento nos orienta a honrar pai e mãe. No hino Brasileiro consta que "dos filhos deste solo és mães gentil".

Nossa pátria, o solo de onde viemos e que nos alimenta, é – de uma maneira até mesmo essencialmente biológica – nosso pai e nossa mãe. E deveríamos honrá-lo. É este sentimento de "Honrar", de lealdade, que corresponde ao Patriotismo.

O Patriotismo é essencial para a vitalidade da Democracia. Podemos até dizer que a própria Democracia deve sua existência à lealdade a uma nação: onde quer que o sentimento patriótico seja fraco ou inexistente, a Democracia tem dificuldade de ser estabelecida ou simplesmente não foi estabelecida.

A Democracia depende do sentimento patriótico. O patriotismo nos une e a união faz a força - e não é possível existir uma Democracia sólida onde o povo é fraco. A importância dessa União está até mesmo escrita no artigo 1º da Constituição Federal Brasileira de 1988, onde lemos que A República Federativa do

Brasil é formada pela **união indissolúvel** dos Estados e Municípios e do Distrito Federal. Entre os 250 artigos da CFB, encontram-se um monte de porcarias, mas algumas coisas de lá podem ser salvas. O enunciado do artigo 1º é uma dessas coisas.

Bem conduzido, o amor pela pátria promove a união de convicções, costumes e continuidades, permitindo o florescimento da paz em uma sociedade e do Bom Caráter nos seus cidadãos.

É por tudo isso que o Patriotismo ocupa um lugar central na Moralidade Conservadora. E é assim que um Conservador encara o Pilar do Patriotismo.

6. O PILAR DA PROPRIEDADE PRIVADA

Poucos conceitos foram tão importantes para a sobrevivência e o progresso da humanidade quanto o conceito de Propriedade Privada.

Quando classificamos algo como "Propriedade Privada", nos tornamos donos daquilo que nos pertence e, ao mesmo tempo e de um modo que deveria ser automático, assumimos o compromisso de respeitar a posse de outros objetos e outros recursos por parte de outras pessoas.

Se você tem algo que lhe pertence e espera que este direito de seja respeitado, deverá admitir que outras pessoas também tenham o direito de possuir outras coisas, e deverá igualmente respeitar a posse delas.

Quando a Propriedade Privada é garantida e protegida pela lei e pela sociedade, a consequência é o desenvolvimento de uma sociedade livre com uma prosperidade baseada em honras recíprocas. Isso ocorre porque a Propriedade Privada é um subproduto direto da Liberdade e uma das principais expressões da Democracia.

Quando separamos a Liberdade e a Democracia da possibilidade de ter propriedades, abandonamos o Realismo Moral que caracteriza o Conservadorismo e enveredamos pelo Relativismo Moral típico dos Socialistas, onde o Leviatã do Estado se torna dono efetivo de nossas escolhas, de nossos esforços, de todos os frutos de nosso trabalho e, por que não assumir de uma vez: se torna o dono efetivo de nossas vidas e de nossos destinos.

Em termos Cristãos, a discussão sobre a legitimidade da Propriedade Privada – se ela deveria ser considerada um *Direito Natural* – encontra-se solucionada no mandamento "*Não Roubarás*".

Não Roubarás deixa implícito que há um "possuidor absoluto" de algo: afinal, sem a prerrogativa da Propriedade, não existiria uma ação chamada *roubo*. Proibir o roubo sugere claramente que algo deve preencher os requisitos de Propriedade Privada e que alguma lei superior deve proteger este direito.

Na Bíblia, a instituição da Propriedade Privada também está expressa em citações como: "*com o suor do teu rosto comerás o teu pão*" (Gênesis, 3:19); em "*você comerá do fruto do seu trabalho e será feliz e próspero*" (Salmos, 128:2); e em diversas passagens dos Provérbios, como "*tuas cabras fornecerão leite com fartura, para que alimentes a ti mesmo, tua família e todos os teus servos*" (Provérbios, 27:27); e "*quem se dedica ao trabalho de sua própria terra colherá com fartura*" (Provérbios, 28:19).

De que maneira tudo isso (suas cabras, seus alimentos, sua própria terra) seria possível sem a Propriedade Privada?

Fora dos preceitos Cristãos, a primeira tentativa não-teocrática de tentar amparar a Propriedade Privada foi feita por Demócrito (460-370 a.C.). Para ele, a Propriedade Privada justificava-se por seus resultados econômicos superiores.

Aristóteles expandiu os argumentos de Demócrito, considerando a segurança da Propriedade Privada como **necessária** para o funcionamento social.

Para Aristóteles, a Propriedade se referia à posse dos instrumentos necessários para manter a vida. Uma vez que estes instrumentos são cruciais para atingirmos um estado de Eudaimonia, e considerando-se que a Eudaimonia – o florescimento o Caráter humano – é o objetivo que todos deveríamos perseguir, então a Propriedade Privada legalmente adquirida encontra-se alinhada com a Virtude, sendo Moralmente digna e desejável.

A defesa do Direito à Propriedade Privada também foi abordada por Tomás de Aquino (1225-1274), que afirmou que, quando um indivíduo adiciona seu próprio trabalho a um recurso natural, seu direito a este recurso sobrepõe-se a todos os demais.

Por exemplo: uma espiga de milho passa a ser uma Propriedade Privada quando alguém, por emprego do seu tempo e da força do seu trabalho, a colhe e armazena.

Partindo dos conceitos de Aristóteles e de Tomás de Aquino, o filósofo inglês John Locke definiu como Direito à Propriedade Privada o direito do indivíduo de ser dono de si mesmo e da terra (ou dos recursos à sua disposição) aos quais ele mistura com a

força de seu trabalho e então utiliza os bens daí produzidos para fazer comércio.

No século XVII, o vilarejo de Plymouth, nos EUA, mostraria o quanto os conceitos enunciados por Aristóteles, Aquino e John Locke estavam certos:

Na época dos primeiros colonizadores, o vilarejo de Plymouth tentou adotar um sistema sem propriedade privada. Como resultado, a população local quase morreu de fome. Em 1623, eles decidiram abandonar aquele modelo comunista e adotar o direito à Propriedade Privada – e isso os salvou.

No livro "*Elementos da Ciência Moral"* (1835), o educador e economista americano Francis Wayland (1722-1849) apontou mais uma vez o vínculo positivo que existe entre Propriedade Privada e florescimento humano. Ele descreveu: "*a civilização e o conforto da vida avançam na mesma proporção em que o direito à propriedade é mantido inviolável*". Assim, em governos livres e bem constituídos – e especialmente nos tempos de paz –, "*a prosperidade se acumula, a sociedade usufrui das bênçãos da competência, a arte floresce, a ciência progride, e os homens desfrutam de felicidade*".

As ideias de Wayland seriam reeditadas 40 anos mais tarde pelo economista austríaco Carl Menger. Em 1871, no livro "*Princípios de Economia Política"*, Menger escreveu: "*a Propriedade Privada, assim como a economia humana, não é uma invenção arbitrária, mas praticamente a única solução possível para as dificuldades que a Natureza nos impõe*".

Quase dois séculos após Wayland e Menger terem registrado suas ideias sobre a importância da Propriedade Privada, os acúmulos de evidências seguem mostrando o quanto eles estavam certos.

Isso tudo pode parecer óbvio, mas o Pós-Modernismo do século XX foi pródigo em tentar desconstruir tudo que era óbvio. Tão pródigo que os "economistas clássicos" da primeira metade do século XX torceram o nariz quando Hayek publicou "*O Caminho da Servidão*", em 1944.

Hayek escreveu que a Propriedade Privada é a garantia mais importante da Liberdade, não apenas para aqueles que possuem alguma propriedade, mas também para aqueles que não a

possuem, pois apenas quando o controle dos meios de produção é pulverizado entre várias pessoas agindo de maneira independente é que ninguém consegue obter o poder absoluto.

Para os economistas "clássicos", parecia inconcebível compreender esse óbvio: que, quando protegemos a Propriedade Privada, estamos pulverizando o controle dos meios de produção, e, consequentemente, protegendo os indivíduos contra o domínio de um estado totalitário.

Em "*Clichés do Socialismo*", uma coletânea de vários pensadores publicada em 1962, o escritor Paul Poirot tentou esclarecer os economistas clássicos do século XX, trazendo à luz os conceitos bíblicos de Propriedade e todas aquelas defesas à Propriedade Privada feitas nos séculos anteriores por Aristóteles, Demócrito, Aquino, Locke, Wayland e Menger.

Poirot anotou: a Propriedade Privada está entre os direitos mais básicos e ancestrais que possuímos, e entre os fatores mais essenciais para o exercício da liberdade e o progresso da humanidade. A menos que as pessoas se sintam seguras de serem donas dos frutos de seu trabalho, nenhum incentivo será suficiente para poupar e expandir as reservas de capital – e, sem reserva de capital, não é possível desenvolver ferramentas e equipamentos para produção e para garantir uma vida melhor.

Se de um lado tínhamos todas essas tentativas louváveis de defesa ao Direito à Propriedade Privada, do outro tínhamos os economistas clássicos que insistiam em implantar uma visão Socialista na Civilização Ocidental. Eles carregavam suas armas com munições fornecidas por pensadores como São Basílio, William Blackstone, Friedrich Engels e Bertrand Russell.

Basílio de Cesareia, também chamado de São Basílio, foi um teólogo do século 4 depois de Cristo. Em suas homílias sobre a usura e em defesa da justiça social, Basílio anotou: "*me diga: o que lhe pertence? De onde você recebeu isso? Se todos procurássemos ter apenas o necessário para satisfazer nossas próprias necessidades, ninguém seria rico, ninguém seria pobre, e ninguém passaria por necessidade*".

O jurista britânico William Blackstone (1723-1780), foi outro a fornecer mais lenha para fogueira contra o Direito à Propriedade. Em seu famoso livro "*Comentários sobre as Leis da*

Inglaterra" (escrito entre 1765 e 1769), Blackstone definiu a Propriedade Privada como sendo "o domínio despótico de onde um homem assume ter e se comporta como o dono de certas coisas no mundo, excluindo totalmente o direito de qualquer outro indivíduo no universo fazer o mesmo".

Em 1847, na obra "*Os Princípios do Comunismo*", Friedrich Engels escreveu: "a propriedade privada deve ser abolida para que ocorra a utilização comum de todos os meios de produção de distribuição de todos os produtos de acordo com o interesse comum" – ou seja, tudo deve pertencer a todos. "Por isso", continuou Engels, "a abolição da propriedade privada é, sem dúvida alguma, o caminho mais curto e mais importante para o desenvolvimento da indústria. A abolição da propriedade privada não é apenas possível: ela é absolutamente necessária".

Segundo Engels, quando a Propriedade Privada desaparecer, a sociedade tomará as rédeas de todas as forças produtivas e de todos os meios de comércio, e não ocorrerão mais crises; a produção crescerá, a miséria desparecerá, e ninguém mais passará por necessidade.

Durante todo o século XIX, a propriedade privada esteve sob um pesado bombardeio intelectual desses pensadores e de outros como John Stuart Mill, Jeremy Bentham, Alfred Marshall e Karl Marx.

Em 1917, no ano da Revolução Bolchevique, o admirador do Comunismo Bertrand Russell publicou "*Princípios de Reconstrução Social*". Russell afirmava que é essa preocupação com a posse, mais do que qualquer outra coisa, que impede que os homens vivam de maneira livre e nobre. Para ele, assim como para São Basílio e William Blackstone, a Propriedade Privada seria um *roubo* que fazemos contra a Natureza.

Mesmo com todos esses ataques, a superioridade de desempenho da Propriedade Privada sobre a propriedade pública é reconhecida desde Aristóteles, tendo sido validada por incontáveis fatos e evidências. Essa noção de superioridade foi revisitada diversas vezes por pensadores como David Hume, Thomas Jefferson e George Washington. Adam Smith analisou isso em detalhes no tratado "*A Riqueza das Nações*", publicado em 1776.

Muito além do mundo das ideias, o desastre da **ausência** de Propriedade Privada pode ser constatado ao longo do século XX em todos os países que adotaram ditaduras socialistas.

Após vários séculos, alguns países que possuem uma abundância de recursos humanos e naturais continuam sendo pobres – como os países da África Subsaariana -, enquanto outros países com recursos naturais bem escassos – como Hong Kong – prosperam. Muitos autores concordam que a resposta está na compreensão de como a Propriedade Privada e o Livre Mercado atuam de maneira coordenada, produzindo as condições ideais para a prosperidade.

Se você não acredita nisso, faça sua própria pesquisa. Mas já adianto: o que você encontrará é que os países que mais garantem o direito à propriedade privada e que protegem o Livre Mercado estarão sempre entre as primeiras colocações nos vários critérios que medem o bem-estar humano.

De um modo geral, se consideramos o PIB per capta, veremos que ele é cerca de 2 vezes maior nas nações onde o Direito à Propriedade Privada é mais forte em comparação às nações onde este Direito não é tão inviolável assim. Contudo, ter um regime democrático não garante que o Direito à Propriedade Privada será forte, mas é quase impossível ter alguma garantia à Propriedade em regimes não democráticos.

O direito à Propriedade Privada oferece limitações ideais contra aqueles que insistem em agir inconsequentemente, recompensando os que agem de modo ajuizado dentro de seus direitos. Isto evita a Tragédia dos Comuns, constatada na típica degradação dos "bens e serviços comunitários": rios, lagos, mares, praças, praias, ruas e estradas "comunitárias" – que pertencem a todos e, exatamente por isso, pertencem a ninguém especificamente – em geral recebem menos cuidados que casas, prédios, fazendas, plantações e jardins particulares.

A Propriedade Privada estimula o uso racional dos recursos disponíveis, pois o proprietário passa a arcar com os custos de suas ações: quando a Propriedade Privada se combina ao Livre Mercado, o sistema de preços que resulta daí oferece uma informação real dos incentivos que milhares de indivíduos

anônimos estão dispostos a conferir àqueles produtos, e a sociedade passa a coordenar a demanda por cada um deles.

Como sugerido por Mises em "*Caminho da Servidão*", uma pessoa que não tem permissão para garantir sua Propriedade torna-se automaticamente *propriedade* de outra que possui tal permissão – esta era a filosofia econômica sob o feudalismo e a escravidão.

A principal defesa da legitimidade Moral da Propriedade Privada, então, reside na constatação de que ela é imprescindível para a dignidade humana: quando você não tem um direito absoluto e inviolável à sua Propriedade, o saque, o roubo, o confisco, a trapaça e a servidão substituem o comércio voluntário, e a atividade econômica dependerá do quão efetivamente – e sob qual custo – cada indivíduo é capaz de proteger os bens e os recursos sob seu controle. É por isso que o Direito à Propriedade Privada tende a produzir paz e harmonia em uma sociedade de pessoas livres.

Na verdade, a Propriedade Privada está na base que funda a própria sociedade livre: não é possível haver qualquer liberdade pessoal ou política sem a liberdade de ser dono daquilo que você possui – seja esta Propriedade um terreno, uma casa, o produto do seu trabalho, suas roupas ou sua própria vida.

É fácil perceber que a noção de Propriedade Privada antecede o Estado e o governo, e justifica a existência de ambos. Ela nasceu do nosso desejo de sobreviver, tornando-se um pré-requisito Moral para tornar o Florescimento do Caráter Humano uma busca tarefa possível de ser executada.

Um Conservador entende que, isoladamente, a Propriedade Privada é a estratégia mais importante para popularizar o poder econômico. Ela é a fonte principal de onde podemos extrair produtividade e riqueza.

Não por outro motivo, um bom Conservador mantém sempre os olhos bem abertos para as ações do Governo: um Estado se torna rico demais e começa a redistribuir riquezas apenas quando decide roubar dos cidadãos o direito à propriedade privada e tudo mais que acompanha este direito.

Se a sobrevivência humana depende do uso de seu tempo, de suas habilidades e da disposição de materiais, então devemos ter

o direito da posse e de determinar, por nós mesmos, a ordenação do produto de nossos esforços.

E é assim que um Conservador concebe o **Pilar da Propriedade**.

7. O PILAR DO LIVRE MERCADO

No Conservadorismo, o Pilar da Liberdade passa pelo direito à Propriedade Privada e se estende ao Livre Mercado.

Como observado repetidas vezes até aqui, o Conservadorismo considera essencial que qualquer instância do governo e da sociedade esteja submetida ao mesmo conjunto de leis que rege cada um dos cidadãos: a maior garantia para a Democracia, a Justiça e o Desenvolvimento é o Império da Lei, não o império das vontades voláteis de dirigentes temporários. E um dos palcos mais expressivos para verificar a qualidade dessas garantias é o Livre Mercado.

Apesar de darmos grande valor ao Livre Mercado, é meio complicado avaliar o grau de Liberdade Econômica de uma nação.

Desde 1995, a *Heritage Foundation* e o *Wall Street Journal* publicam em conjunto o Índice de Liberdade Econômica, onde mais de 150 países são classificados segundo dezenas de variáveis e categorias. Quanto maior a pontuação, maior o grau de liberdade econômica de um país.

No índice publicado em 2020, Singapura foi considerada a nação com maior Liberdade Econômica do mundo, com uma pontuação de 89.4. Na sequência dos 5 primeiros colocados, temos: Hong Kong (89,1), Nova Zelândia (84.1), Austrália (82,6) e Suíça (82,0).

O Brasil, com 53,7 pontos, está entre os países menos livres para comércio no mundo, perdendo para nações como Egito, Nepal, Mongólia, Vietnã, China e Rússia.

No final do século XX, com a falência do Comunismo e dos programas macroeconômicos Keynesianos, o Livre Mercado teve todas as provas que precisava para mostrar o quanto ele é importante para o desenvolvimento de uma sociedade. Um exemplo:

Na década de 1970, o governo da Irlanda implantou vários pacotes de estímulo econômico dentro de um modelo fundamentalmente Keynesiano. Em 10 anos, o país estava enfrentando graves crises fiscais e econômicas.

O governo então resolveu intensificar as medidas Keynesianas – que tinham como efeito aumentar o tamanho do Estado e diminuir a Liberdade Econômica. A situação que estava ruim ficou pior: os níveis de desemprego aumentaram, a inflação subiu, a economia do país estagnou e muitos irlandeses emigraram. Em 1987, o déficit público da Irlanda atingiu patamares impagáveis, chegando a 130% do PIB nacional.

No começo da década de 1990, o governo irlandês finalmente entendeu o que deveria ser feito e começou a cortar os gastos do Estado, diminuir impostos, atrair investimentos externos, estimular a competição no mercado e aumentar a Liberdade Econômica. Como resultado, o país experimentou um nível extraordinário de desenvolvimento, as taxas de desemprego caíram para 4% e a Irlanda cresceu 10% entre 1995 e 2000.

Atualmente, em 2020, a Irlanda tem um excelente padrão de vida e ocupa o sexto lugar no Índice de Liberdade Econômica, com 80.9 pontos – um escore melhor que da Inglaterra, da Dinamarca e do Canadá.

Assim como ocorre com a Propriedade Privada, o Livre Mercado tem uma série de vantagens:

Ele estimula a criatividade e a inovação, criando a possibilidade para a produção de bens e serviços que podem ser úteis para outras pessoas e não meramente para nós mesmos.

Ele contribui para a liberdade política e civil, uma vez que todo mundo tem o direito de escolher o que quer produzir e o que deseja consumir.

Ele torna o valor do dinheiro mais sólido, pois os preços tendem refletir o valor real de cada mercadoria.

Além disso, o sistema descentralizado de preços fornece incentivos e informações suficientes para que milhões de pessoas coordenem suas atividades e recursos para a produção dos bens e serviços com maior demanda pela sociedade. Assim, a Liberdade Econômica, por meio da competição, também previne a escassez.

Se nenhuma troca voluntária fosse possível, teríamos que plantar e caçar nossa própria comida, costurar nossas próprias roupas, montar nossos próprios eletrodomésticos, construir nossa própria casa, produzir nossa própria eletricidade, encanar nossa própria água, fazer consultas médicas em nós mesmos, –

ou roubar de alguma maneira esses bens e serviços de outras pessoas.

Em resumo: se nenhuma troca voluntária fosse possível, nosso padrão de vida cairia dramaticamente, porque, sozinho, ninguém tem tempo ou conhecimento suficiente para fazer todas essas coisas. O mais provável até é que muitas pessoas sequer sobrevivessem.

Quando gerenciado por um Estado capaz de atuar como um protetor do mérito e um garantidor eficaz dos contratos, o ambiente de competição do Livre Mercado torna-se uma ferramenta extraordinária não apenas para a prosperidade econômica, mas também para o florescimento do Caráter dos cidadãos.

A liberdade para se envolver em atividades comerciais voluntárias aumenta nosso senso subjetivo de bem-estar: se duas pessoas se dispõem voluntariamente a comprar e vender algo, então ambas demonstram que uma possuía algo que a outra desejava mais do que aquilo de que abriu mão, e ambas se beneficiam da troca. Qualquer regulação que proíba ou interfira com certos tipos de transações voluntárias limita, necessariamente, o bem-estar econômico que somos capazes de alcançar.

Todavia, é evidente que o Livre Mercado não é um santo e ele possui desvantagens.

Nem tudo deve ser colocado à disposição do livre mercado: artefatos nucleares, armas biológicas, órgãos humanos, escravidão, dignidade e liberdade, entre outras coisas, não devem fazer parte das mercadorias e serviços disponíveis em um Livre Mercado.

A ganância desenfreada pode gerar danos ambientais catastróficos e grandes instabilidades na economia.

Além disso, as imperfeições do Livre Mercado em geral resultam em uma pequena porcentagem da população sendo dona da maior parte das riquezas, e esses super-ricos podem manipular preços e a oferta de vários bens e serviços, criando uma economia “metacapitalista”.

O livre mercado não é perfeito, mas, assim como ocorre com a Democracia, quem disse que ele deveria ser perfeito?

O conceito de Livre Mercado inclui a liberdade do indivíduo para alinhar sua força de trabalho aos seus sonhos, exercendo seu livre arbítrio dentro do Estado de Direito.

O Livre Mercado representa, acima de tudo, liberdade da opressão do Estado: o Estado **não** deve agir contra a busca pela prosperidade honesta. Ele **não** deve sufocar os cidadãos producentes, **não** deve encarar empreendedores dignos como inimigos perversos.

Uma das maiores provas dos méritos do Livre Mercado pode ser constatada na comparação da Qualidade de Vida e do Produto Interno Bruto (PIB) por paridade de poder de compra dos países nos extremos de liberdade econômica:

O conjunto dos **20 Países com *Maior* Liberdade Econômica** apresenta um PIB em Paridade de Poder de Compra (PIB-PPC) de mais de **US$ 48 mil *per capita***, vivendo em um **IDH médio de 0,905**.

Em contrapartida, o conjunto dos **20 Países com *Menor* Liberdade Econômica** apresenta um PIB-PPC de **US$ 8 mil *capita*** e um **IDH médio de 0,589**.

O Livre Mercado, portanto, está intimamente associado a uma renda pessoal 6 vezes maior e uma qualidade de vida mais de 50% melhor.

E não apenas renda ou qualidade de vida: a Liberdade Econômica está associada a **mais vida**:

Nos países com maior Liberdade Econômica, a expectativa de vida média é de 77 anos.

Nos países com menor Liberdade Econômica, a expectativa de vida média é de 55 anos – 40% menor!

O fato é que nos beneficiamos imensamente da divisão de tarefas e trabalhos – e esta divisão se torna excelente e adquire enorme eficiência quanto mais ela é feita de modo voluntário e lucrativo para ambas as partes. Mas não podemos (ou pelo menos não deveríamos) fazer comércio com aquilo que não nos pertence honestamente.

Sem propriedade privada, as trocas voluntárias definham com o tempo.

Sem trocas voluntárias, a própria sociedade organizada definha.

Sem sociedade organizada, voltamos à barbárie.

Escapar da barbárie, portanto, EXIGE a presença de Direitos à Propriedade Privada e, principalmente, de algum Livre Mercado.

Por isso, um Conservador não vê a "burguesia", a riqueza ou a prosperidade como vilãs: a vilania está na preguiça, na falta de disciplina, nos objetivos medíocres, no caráter fraco, na fuga das próprias responsabilidades, na dependência exagerada e na falta de fé do indivíduo quanto ao seu próprio potencial.

Para um Conservador, o compromisso pessoal deve ser a causa primária – senão a única causa – de sucesso ou insucesso nesta vida, e o Livre Mercado apresenta o palco ideal para a exteriorização deste autopertencimento.

Não obstante, o ambiente do Livre Mercado deve seguir a Moralidade prescrita pelas boas tradições e normatizada pelo aperfeiçoamento Leis que derivam destes costumes ancestrais.

E é assim que um Conservador entende o **Pilar do Livre Mercado**.

8. O PILAR DA RELIGIÃO

O Conservadorismo emergiu de fato e com força total após a Segunda Guerra Mundial, e se tornou um agente político específico apenas a partir da década de 1960, mas as bases intelectuais deste movimento podem ser identificadas na Idade Média; nos séculos XVIII e XIX, na Inglaterra; e nos princípios filosóficos que constituíram os EUA.

Grosso modo, o Conservadorismo é a própria síntese da Civilização Ocidental. E esta, por sua vez, é uma consequência indissociável da Religiosidade e da Filosofia do Cristianismo.

No Brasil, a convergência entre Religião e Política é inevitável: nada menos que 87% dos brasileiros consideram os valores religiosos importantes na vida diária, e quase 90% destes professam uma religião Cristã.

É bastante frequente ver pessoas do lado Esquerdo do espectro político rotulando o Conservadorismo como sendo um tipo de fervor de pessoas profundamente religiosas.

A primeira vista, isso pode até fazer algum sentido, uma vez que parte significativa dos Conservadores é composta por pessoas de fé. Todavia, a "ironia" da Esquerda não deveria ser motivo indignação ou surpresa: as religiões Cristãs anteciparam muitos dos pilares do Conservadorismo como a busca pela verdade, a defesa da liberdade e da propriedade privada; e a valorização da lealdade, do patriotismo e dos valores familiares tradicionais.

O Cristianismo, assim como o Conservadorismo, condena de maneira absoluta certas transgressões Morais. Algumas atitudes são simplesmente "*impermissíveis*" e não dependem de algum tipo de julgamento discricionário e relativista. Como salientou GK Chesterton: o que é certo é certo – mesmo que ninguém esteja vendo. E o que é errado, é errado – mesmo que todos estejam fazendo.

A doutrina Cristã genuína inspira a caridade, a fraternidade e o senso de dever. Mas admirar o Cristianismo não significa fundir a crença religiosa com prescrições políticas discriminatórias: um Conservador acima de tudo compreende e aceita que existe algo – um sentido, uma ordem – que transcende os tabuleiros da sociedade que engendramos e até mesmo sua mera existência, e

que nortear-se pela reverência a este sentido não é submissão, mas Sabedoria.

A Religião é vista pelos Conservadores como uma das principais ferramentas para controlar as impulsividades das paixões humanas: uma sociedade onde homens e mulheres agem orientados por Virtudes Morais acima de seus autointeresses imediatistas tem tudo para se tornar mais justa, mais honrada, mais digna, mais próspera e melhor para todos.

Thomas Jefferson disse que deve haver uma parede separando a Religião do Estado, mas é inevitável que grupos religiosos desempenhem papeis importantes no jogo político, especialmente se numerosos e em países democráticos.

O Estado não deve interferir na liberdade religiosa, mas a liberdade religiosa tende a interferir no Estado – direta ou indiretamente, por meio de nossas convicções Morais que fundamentam as Leis que regem uma nação. Um Conservador compreende isso e entende que praticar sua fé em público é aceitável, mas o proselitismo público não.

Entretanto, a rejeição ao proselitismo não significa que a Religião seja algo que confinamos em nossas vidas privadas. A Religião é o organizador central das ideias e das paixões de uma pessoa, e isto tem um efeito cascata que molda o caráter e condiciona a expressão da personalidade de cada um de nós. E é por isso que Religião e Política, derradeiramente, são inseparáveis.

As convicções religiosas vão além de apenas um credo esotérico: elas consistem na anuência de que, se possuímos alguma inteligência, é porque há uma inteligência superior em algum lugar, muito além da nossa. Devemos ter humildade suficiente para saber que somos uma parte infinitesimal disto, assim como devemos ter maturidade para compreender que os dogmas religiosos são, antes de tudo, uma bússola ética, uma força que restringe o infantilismo e fomenta a temperança, tornando-nos fraternos, mas jamais covardes.

E é assim que um Conservador concebe o **Pilar da Religião**.

9. O PROBLEMA DA TOLERÂNCIA

Há décadas, a Tolerância provavelmente está entre um dos assuntos mais falados do mundo. Somos bombardeados diuturnamente com prescrições de tolerância com a diversidade, com as convicções diferentes, com hábitos, com comportamentos, com ideias.

Especialmente neste período, que com grande arrogância batizamos de Pós-Modernidade, a Tolerância se tornou um verdadeiro castelo para a mentalidade de Esquerda, de onde eles disparam incontáveis flechas para cima dos Conservadores. A mentalidade de Esquerda acusa os Conservadores de "não terem Tolerância".

Ora essa, os humanos – como a maioria dos animais – gostam de ser tolerantes apenas com aquilo que parece consigo, com as crenças e vontades que coincidem com as suas próprias. Isso não é uma novidade: isso é uma característica da Natureza. Somos naturalmente tolerantes com aquilo com que conseguimos formar algum vínculo emocional, e isso vale tanto para a mentalidade de Esquerda quanto para a mentalidade de Direita. E tanto um lado quanto outro fazem acusações de falta de tolerância.

Da minha parte, como Direitista, assumo a fatia de falta de Tolerância que me cabe. Tanto com pesar quanto com um sentimento realista de que isto é algo que pode e deve ser aprimorado na Busca da Verdade. Todavia, quando dizemos que alguém não é Tolerante, estamos descrevendo um escopo amplo demais de atitudes e ações, desde o policiamento violento de outras pessoas a até praticamente qualquer forma de desobediência ou não-cooperação. E essa é uma acusação pesada: várias vezes história de nossa espécie, a falta de tolerância conduziu à violência e a genocídios terríveis.

Mas o que é essa tal Tolerância? E até que ponto é tolerável ser Tolerante?

O termo tolerância vem do latim *tolerare* que significa ***suportar*** ou ***aceitar.*** Em uma tradução bem crua e direta, poderíamos dizer que ser Tolerante consiste em suportar

algo que não se quer, não se gosta ou que não se pode impedir. E aqui começa a carne de pescoço...

Como a Verdade é um elástico que não deve arrebentar mesmo quando esticado ao máximo, uma pessoa **verdadeiramente** tolerante deveria ser 100% tolerante até mesmo com comportamentos e ações intolerantes e inaceitáveis.

Se levássemos a Tolerância 100% ao extremo do pé da letra, um atentado terrorista baseado em credos religiosos deveria ser tolerado. Deveríamos tolerar massacres, abortos, estupros, tortura, etc. Uma pessoa que se diz **verdadeiramente** Tolerante deveria aceitar tudo isso. Afinal, ainda que você não queira que coisas assim aconteçam, caso elas ocorra, é seu **dever** aceitá-las. Afinal você é *tolerante*, certo?

Bem, isso não soa muito correto... existe um claro conflito Moral quando topamos abaixar a cabeça para a injustiça, a tirania, o martírio.

Então, se déssemos uma polida no conceito de tolerância, poderíamos dizer que ela seria *aceitação* de algo na ausência de algum *prejuízo*: se você *aceita* algo que *não prejudica* alguém, então você está praticando *tolerância*.

Porém, *quem* determinará o que é prejudicial a quem?

Mesmo na frente de um dilema dessa magnitude, não é preciso um grande esforço de raciocínio para concluir que a Tolerância **não pode** ser praticada de maneira indiscriminada: a aceitação **de tudo** rapidamente conduz à legitimação da crueldade e de violações absurdas dos direitos humanos, como pedofilia, nazismo e comunismo.

Quando consideramos a Tolerância como uma virtude moral, entendemos que ela se refere a um respeito cívico mútuo que deve existir entre as pessoas, a despeito de nacionalidade, sexo, raça ou credo religioso. A Tolerância envolve reconhecer a independência e a liberdade de escolha das pessoas. É a capacidade de discordar profundamente com outra pessoa ao mesmo tempo em que mantemos um comportamento civilizado, respeitando o direito do outro em ter uma visão diferente da sua, ainda que você esteja convencido de que ela está errada.

A Tolerância é uma versão da Regra de Ouro do Cristianismo – o fazer aos outros o que gostaríamos que fizessem conosco. Isso

significa que a Tolerância está relacionada à empatia, à licitude e à temperança, mas de uma maneira restrita dentro dos limites daquilo que consideramos digno e decente.

Contudo, a sociedade Pós-Moderna, culturalmente doutrinada pelo Relativismo Moral, foi convencida que tolerância que significa que **todos** os pontos de vida são válidos, e que é petulante pensar que *você* (ou alguém) tem o ponto de vista mais correto sobre algo. O problema com esta visão da Tolerância é que nem todos os pontos de vista são igualmente válidos.

Não se trata apenas de uma questão de Lógica – uma vez que muitos pontos de vista são claramente contraditórios –, mas é também uma questão de Verdade, porque alguns pontos de vista são, sim e acima de qualquer dúvida, mais honestos, congruentes e lícitos que outros. Muitos grupos defendem "verdades" sobre política, ética, religião, liberdade, democracia e patriotismo que são, no fundo, demonstrações condenáveis de Intolerância.

Apesar de Tolerância ser entendida como *aceitação*, ela **não é** aceitação.

Podemos **tolerar** algo que **não aceitamos**. Por exemplo: um religioso ortodoxo pode ser obrigado a tolerar um devoto que bebe e fuma, ainda que ele não concorde com isso.

Mas não somos capazes de **aceitar** algo que **não toleramos**. Por exemplo:

torturar um bebê é algo inaceitável, e algo assim jamais deveria ser tolerado por qualquer pessoa sã da cabeça.

Se seu filho ou filha lhe comunica que é homossexual, você tem o dever de **tolerar** isso. Mas isso não significa que você tenha a obrigação de **aceitar** isso.

A liberdade de opinião deve ter uma mão dupla. E a liberdade dele ou dela em viver sua própria sexualidade é equivalente à sua liberdade em aceitar ou concordar com aquilo.

Eu posso até tolerar que você faça algo que não aceito ou não concordo, mas não posso concordar ou aceitar que você faça algo que não tolero.

Apesar disto parecer um jogo de palavras, este entendimento é **crucial** para o exercício da Tolerância.

Como eu disse anteriormente, dentro de um raciocínio honesto, pessoas *verdadeiramente* tolerantes deveriam aceitar e

concordar com **tudo** – inclusive com o “intolerável”. É evidente que isto é um erro. Não devemos ter tolerância com o racismo, por exemplo. E quando você não tem tolerância com o intolerável, você se torna um intolerante. Em filosofia, isso é conhecido como O Paradoxo de Popper.

O mundo é um fluxo constante de novas perspectivas, tecnologias e ideias que devem ser absorvidas para que nos adaptemos às novas condições. Neste sentido, a intolerância pode lhe tornar incapaz de se moldar às mudanças externas, e sabemos bem qual destino a Natureza tem para aqueles que não se adaptam às mudanças: o destino é a extinção, pois a chave para a sobrevivência é a adaptação. Se você não tolera mudanças, como pretende sobreviver?

Isso vale tanto para um indivíduo quanto para uma cidade, país, forma de governo ou civilização. Mas nem todas as mudanças são benéficas. E, quando o mal se ergue, tolerar o intolerável não significa ser “neutro” ou “flexível”. Isso significa ser **covarde**.

Quando você não se opõe a algo que é degradante, desumano, injusto ou Moralmente errado, então você não é melhor que o autor daquela ação.

Devemos ter igualdade de oportunidades (algo que jamais deve ser confundido com direito a igualdade de resultados).

Devemos ter direitos iguais.

Devemos ter liberdade de crença e estender esta liberdade para outras pessoas.

Mas **não** devemos tolerar qualquer coisa que coloque pessoas em risco involuntário, que cause injustiça, que produza opressão contra a liberdade ou ameace a paz.

Tolerar crenças e atitudes que machucam outras pessoas não é ser tolerante. É ser condescendente com a maldade.

Devemos tolerar opiniões e ideologias, mas quando pessoas começam impor, por meio da força, padrões de comportamento baseados em suas opiniões e ideologias como se essas correspondessem a uma verdade inatacável, temos um problema. Se uma pessoa ou um grupo segue uma crença que ultrapassa as fronteiras razoáveis da Tolerância, então é nosso dever assumir

nossa própria parcela de intolerância e levantar nossas vozes contra esta força.

Tolerância é a prática do respeito pelas diferenças **sem** passividade frente às violações da dignidade humana.

E é assim que um Conservador lida com o **Problema da Tolerância**.

10. CONCLUSÃO

Depois de tudo que foi dito, uma coisa deve ter ficado clara: se pretendemos tornar o Conservadorismo uma práxis concreta, o primeiro passo a ser tomado consiste em superar a Teoria Crítica da Escola de Frankfurt e retirar o tabu do termo Ideologia.

Pare com essa besteira de dizer que você é "contra ideologias". Continuar dizendo isso de maneira generalizada apenas demonstra a intensidade da doutrinação socialista que foi embutida na sua mente.

Ideologia não é persuasão, dominação ou alienação da consciência humana: Ideologia é simplesmente a ciência das ideias. A dissecação e o estudo das ideias. E existem várias ideias. Algumas boas, outras ruins, outras péssimas.

Dentro desse universo de ideias possíveis, o Conservadorismo é apenas mais uma. Mas, analisando o conjunto de valores que compõem o Conservadorismo, podemos dizer que, no mundo das idealizações políticas humanas, o Conservadorismo é uma das mais nobres e inspiradoras de todas.

É evidente que outros entendimentos político-ideológicos devem surgir no futuro, aprimorando ainda mais as concepções do que chamamos atualmente de Conservadorismo. Entretanto, neste momento de nossa história, considero a filosofia Conservadora como um exemplo de codificação capaz de reunir debaixo de um mesmo guarda-chuva as melhores ferramentas para o Florescimento do Caráter e para a prosperidade de uma civilização fundada em princípios como Verdade, Justiça, Liberdade e Respeito.

Ao medir a qualidade de suas intenções e as consequências de suas ações por essas réguas, o temperamento Conservador tende a valorizar a honra, a responsabilidade, a disciplina, a sabedoria, o equilíbrio e o individualismo saudável. O temperamento Conservador tem uma predileção pelas coisas como elas são, pela proximidade maior possível com a realidade e a sabedoria, e um senso absoluto de dever com as obrigações civis que são Moralmente Boas e Corretas.

Os radicalismos são movimentos típicos da juventude, ao passo que o Conservadorismo é uma aptidão inconfundível de

pessoas maduras, que descobriram o que de fato é digno e precioso, e têm perseverança para promover mudanças graduais ao invés de se aventurar em saltos imprudentes.

Enquanto pessoas Conservadoras falam sobre a santidade da vida, do casamento, da família, do autopertencimento, do Mérito, dos talentos individuais, da propriedade privada e do livre mercado, os dogmas do lado Esquerdo do espectro político-ideológico incluem incongruências como a identidade de gênero, o feminismo, o assistencialismo financeiro, a promoção do aborto e das drogas, a demonização das diferenças e as indignações seletivas.

É fácil constatar, portanto, uma das principais raízes do mérito do Conservadorismo está na própria psicologia do Conservador, que permite que ele entenda que somos seres imperfeitos, e que nenhuma ordem social perfeita jamais poderá ser criada por nós. Qualquer tentativa neste sentido é uma aventura rumo a uma utopia com fortes chances de degenerar em atrocidades inomináveis. Tudo que podemos esperar da humanidade é uma sociedade razoavelmente ordenada, onde alguns males e injustiças infelizmente continuarão ocorrendo.

Dentro do Conservadorismo existem diversas vertentes com limites não muito bem demarcados, expressando e defendendo conceitos que se sobrepõem. Mas, de um modo geral, todas estas vertentes seguem, de uma maneira ou outra, os 7 Pilares descritos aqui: qualquer que seja sua trilha, um Conservador sabe que a proteção da unidade familiar, da propriedade privada, da liberdade religiosa e do autopertencimento individual dentro do **Estado de Direito** não são apenas elementos valiosos, mas essenciais para o sucesso econômico, para a defesa da pátria, e para o florescimento do Caráter das gerações presentes e futuras.

No Brasil, é importante compreender as forças que resultaram no engajamento político dos Conservadores. A hegemonia socialista-comunista na política, na educação, nas cortes, na mídia e na cultura não poderia ter outro resultado senão uma resposta de mesma intensidade em sentido contrário. As pressões neste sentido se acumularam nas últimas décadas do século XX, atingindo níveis insuportáveis nas primeiras décadas do século XXI. Foi isto que fez com que os valores Conservadores

rompessem a espiral de silêncio a que haviam sido sentenciados, resultando na eleição de Jair Bolsonaro para Presidência da República e na proliferação de entidades da sociedade organizada sob a bandeira do Conservadorismo.

Roger Scruton, no ensaio "*Conservatism and the Conservatory*" (*National Review*, dezembro de 2015), afirmou: o verdadeiro motivo pelo qual as pessoas são Conservadores é que elas têm apego a coisas que desejam proteger do abuso e da decadência, como sua família, sua religião e sua propriedade privada.

Mas o apego não se resume a estas afinidades. O apego do Conservadorismo vai além, traçando um círculo muito mais amplo que apenas nosso universo particular: quando os Conservadores falam sobre Direitos, eles não estão pensando apenas em direitos individuais, mas nos direitos da sociedade como um todo.

O desenvolvimento econômico e humano das nações pode ser explicado apenas quando consideramos a soma de variáveis como o Direito à Propriedade Privada, o Livre Mercado, o justo Estado de Direito, a Defesa da Liberdade e da Democracia, o amor pela Pátria e o respeito a um poder muito superior a nós. Por defender a busca pela Verdade e desejar que cada indivíduo tenha garantida a oportunidade de realizar seu potencial, o bom Conservador entende isso e defende cada um destes elementos.

Ao longo deste curso, forneci várias provas disso, mas acredito que aqui cabe mais uma:

Na década de 1930, a Finlândia e a Estônia possuíam um padrão de vida similar. Os dois países são praticamente vizinhos (a capital finlandesa, Helsinque, está a 90 km de distância de Talín, capital estoniana). Apesar de a Estônia ser geograficamente um país báltico, ela se considera um país nórdico. E não é para menos: estonianos e finlandeses possuem idiomas com raízes linguísticas em comum, possuem culturas parecidas e compartilham valores sociais bem semelhantes.

Todavia, no ano 2000, um trabalhador finlandês médio recebia cerca de 5 vezes mais que um trabalhador estoniano médio.

O motivo? Em 2000, a Estônia estava “recém-saída” de 50 anos de um “casamento opressor” com um regime comunista soviético brutal.

Em junho de 1940, a Estônia havia sido ocupada pelo Exército Vermelho sob o Pacto de Não-Agressão entre alemães e soviéticos (Pacto Molotov-Ribbentrop), por meio do qual os dois regimes totalitários dividiram o Leste Europeu em esferas de influência. Um ano depois, o exército nazista invadiu a União Soviética, ocupando a Estônia até 1944, quando os soviéticos reconquistaram o país. Com a derrocada do regime Soviético no final da década de 1980, a Estônia finalmente recuperou sua independência em 20 de agosto de 1991, após 51 anos sob o jugo do Comunismo.

Um padrão bastante similar pode ser observado quando comparamos as Alemanhas Ocidental e Oriental; ou Hong Kong e Taiwan com a China; ou a Coreia do Sul com a Coreia do Norte.

Os humanos têm a capacidade de dirigir seus próprios destinos e governar a si mesmos, mas não existe qualquer certeza de que eles tenham essa vontade. A função do bom Governo é despertar esse desejo por meio do acesso à educação; da promoção liberdade religiosa; do respeito à propriedade privada; e da preservação das tradições, da justiça e da democracia.

O Governo não pode, por sua própria natureza, resolver todos ou a maioria dos problemas da humanidade. Por isso, um Conservador buscar distribuir as responsabilidades pelas ações entre os agentes da sociedade e as instituições que a compõem – indivíduos, igrejas, escolas, empresas, etc. –, pois somos **TODOS** responsáveis pela manutenção da Paz e da Ordem, e a ninguém deve caber o encargo exclusivo dessa capacidade.

A ideologia Conservadora tende a considerar as heranças culturais como Normas e, por extensão, aborda as revoluções sociais como o pior de todos os males políticos possíveis. Entretanto, um Conservador está disposto a realizar reformas sociais, até porque a única maneira de restaurar nossos anos dourados é reformando os anos atuais e vindouros. Mas, caso reformas sejam necessárias, elas devem ser escalonadas, passo a passo, e firmemente fundadas nas experiências do passado. Um Conservador prefere ver pessoas autônomas tentando resolver o

problema da miséria e da pobreza em seu próprio bairro ao invés de tentar eliminar essas mazelas no país inteiro em uma só tacada: isso denota a natureza realista, contextual e prática do Conservadorismo, em contraposição à natureza fantasiosa, abstrata e tirânica das ideologias de Esquerda.

Cada um dos Pilares que o sustentam correlacionam-se a uma grandeza essencial para a construção de uma nação esplêndida:

A Verdade correlaciona-se à **JUSTIÇA**.
A Liberdade correlaciona-se à **AUTONOMIA**.
O Patriotismo correlaciona-se à **CORAGEM**.
A Democracia correlaciona-se à **TOLERÂNCIA**.
A Propriedade correlaciona-se à **MERITOCRACIA**.
O Livre Mercado correlaciona-se à **PROGRESSO**.
E a Religião correlaciona-se à **FRATERNIDADE**.

O grande mérito do Conservadorismo reside justamente neste conjunto de virtudes. É uma grande felicidade ver esta ideologia finalmente pousar em solo brasileiro e rogo para que ela tenha por aqui uma existência honrada, longa e próspera.

11. LINKS PARA AS AULAS NO YOUTUBE

Este livro foi elaborado a partir da transcrição das aulas do curso gratuito "O Que é Conservadorismo?", publicado no Youtube entre maio e junho de 2020.

Enquanto a plataforma mantiver as aulas online, elas podem ser assistidas a partir dos links abaixo:

AULA 00 - INTRODUÇÃO

AULA 01 – ALGUMAS FUNDAMENTAÇÕES TEÓRICAS

AULA 02 – O PILAR DA VERDADE

AULA 03 - O PILAR DA LIBERDADE

AULA 04 - O PILAR DA DEMOCRACIA

AULA 05 - O PILAR DO PATRIOTISMO

AULA 05 - O PILAR DA PROPRIEDADE PRIVADA

AULA 06 - O PILAR DO LIVRE MERCADO

AULA 07 - O PILAR DA RELIGIÃO

AULA 08 - O PROBLEMA DA TOLERÂNCIA

AULA 09 - CONCLUSÃO